

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	76
--	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	79
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	80
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	575.557
Preferenciais	0
Total	575.557
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	985.226	1.002.597	985.811
1.01	Ativo Circulante	35.769	47.789	86.169
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.723	37.240	76.973
1.01.03	Contas a Receber	8.241	8.836	8.128
1.01.03.01	Clientes	6.774	5.723	5.008
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.467	3.113	3.120
1.01.03.02.01	Contas a receber do Poder Concedente	1.467	3.113	3.120
1.01.06	Tributos a Recuperar	840	809	241
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	840	809	241
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	965	904	827
1.01.08.03	Outros	965	904	827
1.01.08.03.02	Outros créditos	965	904	827
1.02	Ativo Não Circulante	949.457	954.808	899.642
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	137.420	161.341	140.406
1.02.01.07	Tributos Diferidos	102.474	113.584	99.583
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	102.474	113.584	99.583
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	3.689	313
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	34.946	44.068	40.510
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	24.492	28.174	28.326
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	617	18	658
1.02.01.10.05	Outros Ativos	8.609	14.762	11.526
1.02.01.10.06	Direito de uso	1.228	1.114	0
1.02.04	Intangível	812.037	793.467	759.236
1.02.04.01	Intangíveis	812.037	793.467	759.236
1.02.04.01.02	Intangível	738.634	713.254	720.638
1.02.04.01.03	Ativo contratual	73.403	80.213	38.598

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	985.226	1.002.597	985.811
2.01	Passivo Circulante	245.037	210.710	121.663
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.744	3.637	3.426
2.01.02	Fornecedores	26.276	35.515	27.970
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.276	35.515	27.970
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.706	2.309	1.659
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	908	1.087	822
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	798	1.222	837
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	176.881	103.774	1.047
2.01.04.02	Debêntures	176.881	103.774	1.047
2.01.05	Outras Obrigações	2.289	1.860	8.983
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	274	504	8.493
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	274	504	8.493
2.01.05.02	Outros	2.015	1.356	490
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.478	758	490
2.01.05.02.06	Arrendamento mercantil	537	598	0
2.01.06	Provisões	34.141	63.615	78.578
2.01.06.02	Outras Provisões	34.141	63.615	78.578
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção e Investimentos	34.141	63.615	78.578
2.02	Passivo Não Circulante	535.762	555.391	621.749
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	380.494	428.330	500.094
2.02.01.02	Debêntures	380.494	428.330	500.094
2.02.02	Outras Obrigações	6.528	6.324	5.785
2.02.02.02	Outros	6.528	6.324	5.785
2.02.02.02.03	Dividendos a Pagar	5.785	5.785	5.785
2.02.02.02.04	Arrendamento mercantil	743	539	0
2.02.04	Provisões	148.740	120.737	115.870
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	50.750	55.073	57.393
2.02.04.02	Outras Provisões	97.990	65.664	58.477

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção e Investimentos	97.990	65.664	58.477
2.03	Patrimônio Líquido	204.427	236.496	242.399
2.03.01	Capital Social Realizado	518.879	468.879	446.879
2.03.02	Reservas de Capital	7.401	7.401	7.401
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-321.853	-239.784	-211.881

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	238.905	213.988	177.220
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-230.980	-189.567	-141.574
3.03	Resultado Bruto	7.925	24.421	35.646
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.018	-4.728	-44.330
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.072	-5.018	-44.356
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	54	290	26
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.093	19.693	-8.684
3.06	Resultado Financeiro	-55.866	-61.597	-69.478
3.06.01	Receitas Financeiras	735	4.288	1.450
3.06.02	Despesas Financeiras	-56.601	-65.885	-70.928
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-70.959	-41.904	-78.162
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.110	14.001	26.491
3.08.02	Diferido	-11.110	14.001	26.491
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-82.069	-27.903	-51.671
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-82.069	-27.903	-51.671
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,14259	-0,05951	-0,13121

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-82.069	-27.903	-51.671
4.03	Resultado Abrangente do Período	-82.069	-27.903	-51.671

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.038	42.953	68.615
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	92.652	103.133	107.334
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-82.069	-27.903	-51.671
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	11.110	-14.001	-26.491
6.01.01.03	Amortização do Intangível	67.531	61.219	53.808
6.01.01.04	Juros Debêntures	43.732	57.103	55.494
6.01.01.05	Provisão Riscos Cíveis, Trib. e Trabalhistas	7.177	981	43.783
6.01.01.06	Provisão para Manutenção, Investimentos e ajuste a valor presente	45.156	25.734	32.408
6.01.01.07	Baixa Intangível e Imobilizado	0	0	3
6.01.01.09	Juros sobre empréstimo	15	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.295	-12.705	-11.860
6.01.02.01	Contas a Receber e C.R. Poder Concedente	595	-708	-3.523
6.01.02.02	Despesas Antecipadas, e Outros Ativos	8.447	-8.208	-7.151
6.01.02.03	Depósito Judicial	3.648	-50	-702
6.01.02.04	Fornecedores	-2.565	1.781	-4.351
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	107	211	157
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-569	852	327
6.01.02.07	Outras Contas a Pagar	863	1.406	212
6.01.02.08	Partes relacionadas	-231	-7.989	3.171
6.01.03	Outros	-35.909	-47.475	-26.859
6.01.03.01	Utilização da Provisão de Manutenção	-24.409	-44.174	-21.668
6.01.03.02	Utilização das Provisões Cíveis, Tributárias e Trabalhistas	-11.500	-3.301	-5.191
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-110.079	-78.546	-67.817
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	-110.079	-78.546	-67.817
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	31.524	-4.140	61.324
6.03.01	Empréstmos e Financiamentos - Captação	5.000	0	0
6.03.02	Empréstmos e Financiamentos - Pagamento de Principal	-5.000	0	0
6.03.03	Aumento de Capital em Espécie	50.000	22.000	88.353
6.03.06	Debêntures - Juros pagos	-18.461	-26.140	-27.029

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03.07	Emprestimos - Juros pagos	-15	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.517	-39.733	62.122
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.240	76.973	14.851
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.723	37.240	76.973

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	468.879	7.401	0	-239.784	0	236.496
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	468.879	7.401	0	-239.784	0	236.496
5.04	Transações de Capital com os Sócios	50.000	0	0	0	0	50.000
5.04.01	Aumentos de Capital	50.000	0	0	0	0	50.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-82.069	0	-82.069
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-82.069	0	-82.069
5.07	Saldos Finais	518.879	7.401	0	-321.853	0	204.427

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	446.879	7.401	0	-211.881	0	242.399
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	446.879	7.401	0	-211.881	0	242.399
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.000	0	0	0	0	22.000
5.04.01	Aumentos de Capital	22.000	0	0	0	0	22.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-27.903	0	-27.903
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-27.903	0	-27.903
5.07	Saldos Finais	468.879	7.401	0	-239.784	0	236.496

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	358.526	7.401	0	-160.210	0	205.717
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	358.526	7.401	0	-160.210	0	205.717
5.04	Transações de Capital com os Sócios	88.353	0	0	0	0	88.353
5.04.01	Aumentos de Capital	88.353	0	0	0	0	88.353
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-51.671	0	-51.671
5.07	Saldos Finais	446.879	7.401	0	-211.881	0	242.399

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	248.132	226.844	189.355
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	136.537	137.956	127.595
7.01.02	Outras Receitas	16.034	12.360	14.113
7.01.02.01	Outras receitas - contraprestação pecuniária	16.034	12.360	14.113
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	95.561	76.528	47.647
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-170.071	-116.876	-116.796
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-52.635	-29.720	-41.066
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.339	-8.012	-7.194
7.02.04	Outros	-110.097	-79.144	-68.536
7.02.04.01	Custo da construção	-95.561	-76.528	-47.647
7.02.04.02	Outros	-14.536	-2.616	-20.889
7.03	Valor Adicionado Bruto	78.061	109.968	72.559
7.04	Retenções	-67.531	-61.219	-53.808
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-67.531	-61.219	-53.808
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.530	48.749	18.751
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	735	4.288	1.450
7.06.02	Receitas Financeiras	735	4.288	1.450
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.265	53.037	20.201
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.265	53.037	20.201
7.08.01	Pessoal	14.039	13.766	13.001
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.500	9.515	9.032
7.08.01.02	Benefícios	3.825	3.554	3.278
7.08.01.03	F.G.T.S.	714	697	691
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.704	1.297	-12.034
7.08.02.01	Federais	16.086	-5.392	-18.219
7.08.02.02	Estaduais	2	5	4
7.08.02.03	Municipais	6.616	6.684	6.181
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56.591	65.877	70.905
7.08.03.01	Juros	43.075	55.969	54.485

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.03.03	Outras	13.516	9.908	16.420
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-82.069	-27.903	-51.671
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-82.069	-27.903	-51.671

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2020

Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.

A Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. está sediada no município de Divinópolis, estado de Minas Gerais. Constituída em 16 de maio de 2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais – (“SETOP”). A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada.

AB Concessões S.A.

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia.

A controladora AB Concessões é responsável pela concessionária mineira AB Nascentes das Gerais (100%) e pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%) e Triângulo do Sol (100%).

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

1. Destaques do ano de 2020

A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2020 diminuiu 1,0% em relação ao ano de 2019, alcançando R\$ 136.537 mil.

A receita líquida¹ no ano de 2020 foi de R\$ 143.344 mil (+4,3%).

O tráfego da Companhia em 2020 foi de 21.772 mil de eixos equivalentes², volume 4,2% abaixo do tráfego registrado no ano de 2019.

O EBITDA ajustado³ em 2020 foi de R\$ 90.737 mil (-8,0%).

2. Desempenho Operacional

O crescimento no volume de tráfego observado nos últimos anos se deu em função dos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050, e também pela retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades lindeiras à rodovia.

Porém, o tráfego de 2020 da Companhia foi afetado pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do COVID-19 e as medidas de restrição de circulação que foram aplicadas no Estado onde está localizada a rodovia. No Estado de Minas Gerais foram decretadas desde 22 de março medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

	2020	AV%	2019	AV%	Var R\$	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	238.905	111,6%	213.988	120,7%	24.917	11,6%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(230.980)	-107,9%	(189.567)	-107,0%	(41.413)	21,8%
LUCRO BRUTO	7.925	3,7%	24.421	13,8%	(16.496)	-67,5%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(23.072)	-10,8%	(5.018)	-2,8%	(18.054)	359,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	54	0,0%	290	0,2%	(236)	-81,4%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(15.093)	-7,1%	19.693	11,1%	(34.786)	-176,6%
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	735	0,3%	4.288	2,4%	(3.553)	-82,9%
Despesas financeiras	(56.601)	-26,5%	(65.885)	-37,2%	9.284	-14,1%
	(55.866)	-26,1%	(61.597)	-34,8%	5.731	-9,3%
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(70.959)	-33,2%	(41.904)	-23,6%	(29.055)	69,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Diferidos	(11.110)	-5,2%	14.001	7,9%	(25.111)	-179,4%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(82.069)	-38,4%	(27.903)	-15,7%	(54.166)	194,1%
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	(0,14)		(0,06)		(0)	135,3%

¹ Exclui as Receitas de Construção

² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**Receita Líquida**

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2020	AV%	2019	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	136.537	100,0%	137.956	100,0%	(1.419)	-1,0%
Outras receitas	16.034	11,7%	12.360	9,0%	3.674	29,7%
Receita de serviços de construção (*)	95.561	70,0%	76.528	55,5%	19.033	24,9%
Receita bruta	248.132	181,7%	226.844	164,4%	21.288	9,4%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(6.608)	-4,8%	(6.677)	-4,8%	69	-1,0%
PIS	(465)	-0,3%	(1.101)	-0,8%	636	-57,8%
COFINS	(2.154)	-1,6%	(5.078)	-3,7%	2.924	-57,6%
Receita líquida	238.905	175,0%	213.988	155,1%	24.917	11,6%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	143.344	100,0%	137.460	100,0%	5.884	4,3%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 137.460 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 143.344 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) em 2020, houve aumento no valor da contraprestação pecuniária em razão da melhora na nota média do QID (Quadro de Indicadores de Desempenho), cuja aferição é efetuada mensalmente, visando assegurar as condições necessárias à prestação de serviços da concessionária; ii) reajuste do valor da tarifa básica de pedágio em +2,3% a partir de 11 de setembro de 2020;

Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

Os custos dos serviços prestados passaram de R\$ 189.567 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 230.980 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 5.018 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 23.072 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

	2020	AV%	2019	AV%	Var R\$	Var %
Serviços de terceiros - conserva, manutenção e operação das rodovias	(38.299)	15,1%	(17.736)	9,1%	(20.563)	115,9%
Amortização de intangível	(67.531)	26,6%	(61.219)	31,5%	(6.312)	10,3%
Gastos com prestadores de serviços	(19.064)	7,5%	(20.207)	10,4%	1.143	-5,7%
Gastos com funcionários	(16.243)	6,4%	(15.965)	8,2%	(278)	1,7%
Gastos com materiais e equipamentos	(1.975)	0,8%	(2.056)	1,1%	81	-3,9%
Custos com construção	(95.561)	37,6%	(76.528)	39,4%	(19.033)	24,9%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(7.177)	2,8%	(981)	0,5%	(6.196)	631,6%
Reembolso de Seguros	(6.153)	2,4%	3.236	-1,7%	(9.389)	-290,1%
Despesas com seguros	(650)	0,3%	(620)	0,3%	(30)	4,8%
Outras despesas	(1.399)	0,6%	(2.509)	1,3%	1.110	-44,2%
Outras receitas	54	0,0%	290	0,1%	(236)	-81,4%
	<u>(253.998)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(194.295)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(59.703)</u>	<u>30,7%</u>
Classificadas como:						
Custo dos serviços prestados	(230.980)	90,9%	(189.567)	102,0%	(41.413)	21,8%
Gerais e administrativas	(23.072)	9,1%	(5.018)	2,7%	(18.054)	359,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	54	0,0%	290	0,2%	(236)	-81,4%
Total	<u>(253.998)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(194.295)</u>	<u>100,0%</u>	<u>(68.094)</u>	<u>36,6%</u>

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais

	2020	AV%	2019	AV%	Var %
Funcionários	(16.243)	13,5%	(15.965)	16,0%	1,7%
Materiais e equipamentos	(1.975)	1,6%	(2.056)	2,1%	-3,9%
Prestadores de serviços	(19.064)	15,9%	(20.207)	20,2%	-5,7%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(7.177)	6,0%	(981)	1,0%	631,6%
Reembolso de Seguros	(6.153)	5,1%	3.236	-3,2%	-290,1%
Outras receitas/ despesas	(1.995)	1,7%	(2.839)	2,8%	-29,7%
Sub Total	(52.607)	43,8%	(38.812)	38,8%	35,5%
Depreciação e amortização	(67.531)	56,2%	(61.219)	61,2%	10,3%
Sub Total	(120.138)	100,0%	(100.031)	100,0%	20,1%
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção	2.020	AV%	2.019	AV%	Var %
Conserva especial	(24.409)	33,0%	(44.174)	23,0%	103,9%
Constituição da provisão para manutenção	(38.299)	28,6%	(17.736)	18,8%	115,9%
Utilização da provisão para manutenção	24.409	33,0%	44.174	23,0%	103,9%
Despesas com construção	(95.561)	71,4%	(76.528)	81,2%	24,9%
Sub Total	(133.860)	100,0%	(94.264)	100,0%	42,0%
Total Custos e Despesas Operacionais	(253.998)		(194.295)		30,7%

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram:

- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

EBITDA Ajustado

	2020	2019	V.H.
Receita líquida	238.905	213.988	11,6%
Receita de construção	(95.561)	(76.528)	24,9%
Receita líquida (ex receita de construção)	143.344	137.460	4,3%
Custos operacionais	(253.998)	(194.295)	30,7%
Custos de construção	95.561	76.528	24,9%
Custos operacionais (ex custos de construção)	(158.437)	(117.767)	34,5%
EBIT	(15.093)	19.693	-176,6%
Depreciação e amortização	67.531	61.219	10,3%
EBITDA	52.438	80.912	-35,2%
Provisão para manutenção	38.299	17.736	115,9%
EBITDA Ajustado	90.737	98.648	-8,0%
Margem EBITDA Ajustada	63,3%	71,8%	-11,8%

O EBITDA ajustado da Companhia – métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura – foi de R\$ 90.737 mil em 2020 (-8,0%).

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 19.693 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para prejuízo operacional de -R\$ 15.093 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2020.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia foi de -R\$ 55.866 mil em 2020 (-9,3%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é a redução da receita financeira.

Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos passou de - R\$ 41.904 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para -R\$ 70.959 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição Social diferidos passaram de R\$ 14.001 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para -R\$ 11.110 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Prejuízo Líquido do Exercício

O prejuízo líquido do Exercício passou de -R\$ 27.903 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para -R\$ 82.069 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Aumento de Capital

Em 22 de dezembro 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$20.000 mil, com a emissão de 45.454.545 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data, e integralizadas através do aporte em dinheiro por sua acionista, em parcelas, ocorrendo a integralização completa em 31 de dezembro de 2020.

Em 13 de julho de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$30.000 mil, com a emissão de 61.224.490 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas nessa data, através do aporte em dinheiro por sua acionista.

Investimentos

No ano de 2020, a Concessionária Nascentes das Gerais mais uma vez, vem aumentando seus investimentos na rodovia, de forma a entregar aos usuários uma rodovia mais segura, confortável e com plenas condições de trafegabilidade. Neste sentido concluiu-se no ano de 2020 importantes investimentos no polo Divinópolis, sendo eles terceiras faixas, duplicações, dispositivos de entroncamento, estando estes já em fruição pelos usuários. Assim como no polo de Divinópolis, mas também no município de Piumhi e Itaú de Minas, grandes investimentos como duplicações, travessias e contornos urbanos, foram iniciados.

Dívida

A Companhia possui saldo de dívida líquida no valor de R\$ 532.463 mil reais em 31 de dezembro de 2020, como resultado da 4ª emissão de debêntures.

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	2020	2019
4ª emissão:					
1ª série	260	100% CDI + 4% a.a.	jun/22	260.791	260.850
2ª série	200	IPCA + 6% a.a.	jul/22	297.395	273.068
Saldo				558.186	533.918
Caixa				(25.723)	(37.240)
Dívida Líquida				532.463	496.678

Em 10 de junho de 2020, a companhia aprovou as alterações das datas de amortização e da taxa dos juros remuneratórios, da primeira série, majorando-os de CDI mais 4% para CDI mais 4,60%, a partir de 14 de junho de 2020. O pagamento das amortizações previstas para 14 de junho de 2020 e 14 de dezembro de 2020 foram postergadas para 14 de junho de 2021, mantendo-se a periodicidade das demais amortizações e a data de vencimento do principal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram apropriados juros de R\$43.732 mil (R\$57.103 mil em 31 de dezembro de 2019) e foram pagos juros no montante de R\$18.461 mil (R\$26.140 mil em 31 de dezembro de 2019).

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos e fatos relevantes
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

4. Responsabilidade Socioambiental

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes.

Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.



Com foco nos caminhoneiros, o Grupo realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha “Caminhoneiro na Via”, estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, corte de cabelo, acuidade visual e orientações sobre saúde bucal. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões.



O Grupo AB Concessões levou a campanha “Motociclista na Via” a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, e há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes.



Os pedestres também estão sob os holofotes da AB Concessões. A campanha “Pedestre na Via” distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas.



Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha “Usuário na Via”, que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensificam-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros.



Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Concessões desenvolve a campanha “Educação na Via”, que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com atividades divertidas e o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em vários locais da via, comunidades lindeiras, e em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores.



Com esta campanha, as propriedades lindeiras são visitadas pelas equipes do Grupo a fim de alertar os moradores sobre a importância da instalação de cercas para que seus animais não invadam a pista. Dentro do “Comunidade na Via”, os colaboradores (diretos e indiretos) também recebem orientações, por meio de palestras, sobre conservação ambiental, segurança, educação no trânsito e saúde.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

5. Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S. S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2020:

A E&Y foi contratada para i) Prestação de serviço de revisão de reporting package para fins de consolidação ii) revisão de suas informações financeiras intermediárias (ITR) (iii) auditoria de suas Demonstrações Financeiras semestrais e anuais.

6. Declaração da Diretoria

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com: i) o conteúdo e opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras; ii) e com as respectivas Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020 da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras

Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Notas Explicativas

Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Notas Explicativas



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao seu valor recuperável do ativo intangível

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias decorrentes do contrato de concessão e representa 82% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Companhia, foi significativa para a nossa auditoria, uma vez que o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de profissionais experientes para a avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Companhia, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas e pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. Adicionalmente, comparamos os crescimentos projetados com dados histórico e fontes externas comparáveis. Também avaliamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada nas projeções.

Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia incluídas na nota explicativa nº6, incluindo as premissas para as quais o resultado do teste de recuperação de ativos é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo sobre o valor recuperável do ativo intangível.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acerca do teste de valor recuperável dos intangíveis, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do intangível adotados pela Administração, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Notas Explicativas



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Notas Explicativas



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Notas Explicativas



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 19 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

Notas Explicativas**Concessionária da Rodovia MG050 S.A.**

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
Ativos			
Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	3	25.723	37.240
Contas a receber de clientes	4	6.774	5.723
Contas a receber do Poder Concedente	4	1.467	3.113
Impostos a recuperar		840	809
Outros ativos		965	904
Total dos ativos circulantes		<u>35.769</u>	<u>47.789</u>
Não circulantes			
Impostos a recuperar		617	18
Outros ativos		8.609	18.451
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	102.474	113.584
Depósitos e bloqueios judiciais	10	24.492	28.174
Direito de uso		1.228	1.114
Intangível	6	738.634	713.254
Ativo contratual	6	73.403	80.213
Total dos ativos não circulantes		<u>949.457</u>	<u>954.808</u>
Total dos ativos		<u>985.226</u>	<u>1.002.597</u>

Notas Explicativas

	Nota explicativa	2020	2019
Passivos e patrimônio líquido			
Circulantes			
Debêntures	7	176.881	103.774
Arrendamento mercantil		537	598
Fornecedores	8	26.276	35.515
Partes relacionadas	5	274	504
Obrigações sociais e trabalhistas		3.744	3.637
Obrigações fiscais		1.706	2.309
Provisão para manutenção e investimentos	9	34.141	63.615
Outras contas a pagar		1.478	758
Total dos passivos circulantes		245.037	210.710
Não circulantes			
Debêntures	7	380.494	428.330
Arrendamento mercantil		743	539
Dividendos a pagar	5	5.785	5.785
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	10	50.750	55.073
Provisão para manutenção e investimentos	9	97.990	65.664
Total dos passivos não circulantes		535.762	555.391
Patrimônio líquido			
Capital social	12	518.879	468.879
Reservas de capital		7.401	7.401
Prejuízos acumulados		(321.853)	(239.784)
Total do patrimônio líquido		204.427	236.496
Total dos passivos e patrimônio líquido		985.226	1.002.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Concessionária da Rodovia MG050 S.A.**

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação básico e diluído - em reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita operacional líquida	13	238.905	213.988
Custo dos serviços prestados	14	(230.980)	(189.567)
Lucro bruto		7.925	24.421
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(23.072)	(5.018)
Outras receitas operacionais, líquidas	14	54	290
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(15.093)	19.693
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras	15	735	4.288
Despesas financeiras		(56.601)	(65.885)
		(55.866)	(61.597)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(70.959)	(41.904)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	(11.110)	14.001
Prejuízo do exercício		(82.069)	(27.903)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$		(0,14)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	<u>(82.069)</u>	<u>(27.903)</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(82.069)</u>	<u>(27.903)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Concessionária da Rodovia MG050 S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	446.879	7.401	(211.881)	242.399
Aumento de capital em espécie	22.000	-	-	22.000
Prejuízo do exercício	-	-	(27.903)	(27.903)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	468.879	7.401	(239.784)	236.496
Aumento de capital em espécie	50.000	-	-	50.000
Prejuízo do exercício	-	-	(82.069)	(82.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	518.879	7.401	(321.853)	204.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Concessionária da Rodovia MG050 S.A.**

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(82.069)	(27.903)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.110	(14.001)
Amortização	67.531	61.219
Juros sobre empréstimos	15	-
Juros sobre debêntures	43.732	57.103
Provisão para manutenção, investimento e ajuste de AVP	45.156	25.734
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	7.177	981
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	595	(708)
Impostos a recuperar e outros ativos	8.447	(8.208)
Depósitos e bloqueios judiciais	3.648	(50)
Fornecedores	(2.565)	1.781
Fornecedores partes relacionadas	(231)	(7.989)
Obrigações sociais e trabalhistas	107	211
Obrigações fiscais	(569)	852
Provisão para manutenção - utilização	(24.409)	(44.174)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - utilização	(11.500)	(3.301)
Outras contas a pagar	863	1.406
Caixa gerado pelas atividades operacionais	67.038	42.953
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(110.079)	(78.546)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(110.079)	(78.546)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimo:		
Captação	5.000	-
Pagamento de principal	(5.000)	-
Pagamento de juros de empréstimos	(15)	-
Debêntures:		
Pagamento de juros de debêntures	(18.461)	(26.140)
Aumento de capital social	50.000	22.000
Caixa oriundo das atividades de financiamento	31.524	(4.140)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(11.517)	(39.733)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.240	76.973
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	25.723	37.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas**Concessionária da Rodovia MG050 S.A.**

Demonstração do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas		
Receita de arrecadação com pedágio	136.537	137.956
Receita de construção	95.561	76.528
Outras receitas - contraprestação pecuniária	16.034	12.360
	248.132	226.844
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados por terceiros	52.635	29.720
Custo dos serviços de construção	95.561	76.528
Materiais, energia e serviços de terceiros	7.339	8.012
Outros	14.536	2.616
	170.071	116.876
Valor adicionado bruto	78.061	109.968
Amortização	67.531	61.219
Valor adicionado líquido produzido	10.530	48.749
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	735	4.288
	735	4.288
Valor adicionado total a distribuir	11.265	53.037
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	9.500	9.515
Benefícios	3.825	3.554
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	714	697
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	16.086	(5.392)
Estaduais	2	5
Municipais	6.616	6.684
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	43.075	55.969
Outras	13.516	9.908
Remuneração de capitais próprios:		
Prejuízos acumulados	(82.069)	(27.903)
	11.265	53.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Companhia"), sediada em Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e constituída em 16 de maio de 2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 6 de março de 2017, o registro como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo").

O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia, em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para a SEINFRA, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Companhia, e as variações verificadas a maior acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA, conforme anteriormente especificado.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo tráfego, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R\$1.233 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Em 16 de abril de 2015, foi sancionado o Decreto Federal nº 8.433, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão patrocinada, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade do referido decreto.

Em 1º de julho de 2013, foi assinado o 6º Termo Aditivo - TA ao contrato de concessão que: (a) alterou o cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro e adequação gerencial, constante no 5º TA; (b) alterou o plano de negócios da rodovia, constante no 5º TA; e (c) alterou o QID, constante no 5º TA.

Em 11 de maio de 2017 foi homologada a versão definitiva do TA nº 7 ("TA07") do contrato de concessão. O referido TA tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de:

- (a) Uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro;
- (b) Reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionado na Nota 4 e com a respectiva atualização monetária. Este valor foi compensado com os valores necessários à conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente (Nota 10), e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária.

Nesse TA também foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Companhia que será oportunamente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão.

Após a homologação do TA07 definitivo, a Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada:

Rodovia MG 050

- Duplicação do trecho compreendido entre o Km 57,6 e o Km 61,1, localizado no município de Juatuba, com implantação de uma passagem inferior de veículos e de pedestres e duas passagens inferiores de pedestres, além de vias marginais (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o Km 61,1 e o Km 66,9, localizado entre os municípios de Juatuba e Mateus Leme, com implantação de três passagens inferiores de veículos e de pedestres, um dispositivo de retorno com uma passagem superior, três passagens inferiores de pedestres e uma passarela de pedestres (concluída);

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Rodovia MG 050--Continuação

- Duplicação do trecho compreendido entre o Km 66,9 e o Km 69,1, localizado no município de Mateus Leme, com implantação de 5,2 km de vias marginais, uma passagem inferior de pedestres, dois dispositivos de retorno com passagem superior de veículos, um dispositivo de retorno com passagem inferior de veículos e três passarelas de pedestres (concluída);
- Obras de drenagem urbana do município de Mateus Leme entre o Km 67,6 e o Km 68,9 (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o Km 69,1 e o Km 75,7, localizado no município de Mateus Leme, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível, uma ponte, um viaduto e uma passarela de pedestres (concluída);
- Passarela de pedestres Km 62,8 (concluída);
- Duplicação do Km 84,8 ao Km 89,3, localizado no município de Itaúna, com implantação de três interseções com execução de duas passagens inferiores de veículos e pedestres e uma passagem superior, e implantação de dispositivo de retorno em nível (concluída);
- Passarela de pedestres Km 84,3 (concluída);
- Passarela de pedestres Km 85,3 (concluída);
- Duplicação do Km 120,9 ao Km 122,4, localizado no município de Divinópolis, com implantação de ponte sobre o Rio Itapecerica, implantar Interseção em dois níveis para acesso à Av. J.K, com duas passagens inferiores de veículos e pedestres nos km's 122,80 e 123,03, implantar 600m de vias marginais entre os km 122,300 e km 123,5 e passagem inferior para travessia de Pedestres no Km 122 (concluída);
- Duplicação do Km 124,9 ao Km 127,2, localizado no município de Divinópolis, com implantação de Interseção para acesso à BR-491 com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída);
- Executar o alargamento da obra-de-arte especial do viaduto sobre a FCA (pista central) no km 128,7 (concluída);
- Interseção de acesso a Serra Negra/S. Seb. do Oeste - Km 143,35 ao Km 144,2 (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o Km 200,3 e o Km 201,8, localizado no município de Formiga, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível (concluída);
- Alteração de traçado e greide travessia do município de Córrego Fundo com implantação de ponte, do Km 212,4 ao Km 213,15 com 0,75 km de extensão (concluída);
- Duplicação no trecho compreendido entre o Km 263,4 ao Km 264,2 localizado no município de Piumhi, com implantação de um dispositivo de retorno em nível (concluída);

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Rodovia MG 050--Continuação

- Interseção em dois níveis acesso a Alpinópolis/MG-446 Km 330,8 ao Km 331,4 (concluída);
- Duplicação do Km 357,2 ao Km 338,1 localizado no município de Passos, com implantação de Interseção em dois níveis com a Av. Arlindo Figueiredo com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída);
- Duplicação do Km 372,4 ao Km 373,8, localizado no município de Itaú de Minas, com implantação de Interseção a MG-344/Cássia e fábrica Itaú com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída);
- Realização de 28,25 km de Adequações Geométricas, com correções do traçado da rodovia (concluída);
- Implantação de 29,3 km de acostamentos ao longo da rodovia (concluída);
- Implantação de 73,9 km de terceiras faixas na rodovia (concluída);
- Execução de cinco dispositivos em nível (concluída);
- Adequação de 18 OAE para o trem timpo TT-45 (concluída).

Rodovias BR-491 e BR-265

- Duplicação do trecho compreendido entre o Km 1,50 e o Km 4,45, da Rodovia BR-491, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, com implantação de dois retornos em desnível, duas passagens superiores e duas passarelas para travessia de pedestres (concluída);
- Realização de 7,5 km de adequações geométricas, com correções do traçado na rodovia BR-265 (concluída);
- Implantação de 21,9 km de acostamentos ao longo da rodovia BR-265 (concluída);
- Implantação de 18,6 km de terceiras faixas na rodovia BR-265 (concluída);

Dados previstos para as rodovias MG-050, BR-265 e BR-491 para os próximos anos (2020 a 2025), segundo Termo Aditivo do Contrato de nº 07 (TA-07), conforme segue:

- Duplicações ao longo da rodovia: 34,47 km;
- Correções de traçado ao longo da rodovia: 21,18 km;
- Implantação de terceiras faixas ao longo da rodovia: 35,04 Km;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Rodovias BR-491 e BR-265--Continuação

- Implantação de interseções, rotatórias alongadas, dispositivos em nível e em desnível ao longo da rodovia, passagens inferiores de veículos e retornos: 32;
- Passarelas e passagens inferiores de pedestres: 18.

Para o cumprimento dos compromissos remanescentes descritos, a Companhia estima, a valores atuais, na data-base 31 de dezembro de 2020, investimentos para melhoria na infraestrutura nos valores aproximados de R\$606.428 e de R\$211.565 referentes à recuperação e manutenção, respectivamente, até o final da concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o seguinte:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando-se a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados a valor presente, conforme mencionado na Nota 9.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens, cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante supera o ativo circulante no montante de R\$209.268 (R\$162.921 em 31 de dezembro de 2019). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia gerou caixa oriundo de atividades operacionais que, somando ao caixa disponível e aporte de sua controladora em julho e dezembro de 2020, permitiu que seus compromissos fossem honrados. Caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente às suas obrigações, a Companhia poderá levantar novos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras ou acessar o mercado de capitais. Caso os empréstimos e financiamentos não sejam obtidos, a Companhia contará, ainda, com o aporte de capital da sua controladora.

Covid-19

Em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (Covid-19), instaurada no âmbito mundial, no ano de 2020, diversas restrições estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. Até o presente momento, as consequências econômicas, revelaram uma queda parcial no tráfego da rodovia, em eixos equivalentes, a partir da segunda semana de março de 2020, de aproximadamente -5,2% (-4,1% acumulado desde 1 de janeiro de 2020).

No cenário atual, não é possível prever com exatidão o impacto e a extensão da pandemia de Covid-19 nos negócios da Companhia e na economia mundial. Também não é possível prever quanto a pandemia vai durar e quais serão os impactos na atividade econômica para retornar aos patamares anteriores. Uma situação prolongada pode acarretar uma desaceleração econômica, que pode causar um efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

De qualquer forma a Companhia vem adotando, junto com os órgãos reguladores e as instituições financeiras, medidas para mitigar os impactos da Covid-19.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 19 de março de 2021

Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis; determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; determinação da provisão para manutenção e investimentos; determinação da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos; e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

As informações sobre julgamentos e estimativas críticas, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

a) *Contabilização do contrato de concessão patrocinada*

Na contabilização do contrato de concessão patrocinada, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente no que diz respeito à: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão patrocinada; e (ii) determinação e classificação dos gastos de recuperação e construção como ativo intangível de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão patrocinada.

Nos termos do contrato de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

b) *Momento de reconhecimento do ativo intangível*

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão patrocinada, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (i) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (ii) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.

Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota 9.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

c) *Determinação das receitas de construção*

Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado, conforme normas internacionais de contabilidade - IFRS. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção.

As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade às normas internacionais de contabilidade - IFRS.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra ("stage of completion"), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$95.561 (R\$76.528 em dezembro de 2019), e custo de construção nos mesmos valores.

d) *Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão patrocinada*

A contabilização da provisão para manutenção, investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à despesa de manutenção do período ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são:

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subseqüente

Para fins de mensuração subseqüente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

- (a) *Caixa e equivalentes de caixa*: consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação

Custo amortizado--Continuação

- (b) *Contas a receber de clientes e do poder concedente*: apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda. A Companhia não constitui provisão para redução de contas a receber por não haver histórico de perdas.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que estas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

2.2. Ativo intangível

A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. O ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de "Ativo intangível" da concessão para ativo contratual (Nota Explicativa nº 6).

A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que esta é construída.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.4. Instrumentos financeiros passivos

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Todos os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos, exceto aqueles capitalizados aos ativos qualificáveis, conforme descrito na Nota 2.2.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários e dos ajustes referentes a mudanças de políticas contábeis, conforme a Nota 11.

Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.6. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 10. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de contraprestação pecuniária

Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SEINFRA à Companhia visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1.

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na Nota 2.c.

Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do trimestre e do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Companhia não possui ações com potencial de diluição.

2.9. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei ou pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029.

2.10. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Demonstração do valor adicionado

A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.12. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2020 pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeiro e informação útil.	A administração da Companhia avaliou os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocou um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios	Melhora a definição de negócio, ajudando na determinação se a aquisição é de um grupo de ativos ou de um negócio.	Essas alterações não tiveram impacto na demonstração financeira da Companhia
Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de Omissão Material	A nova definição estabelece que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras”.	Essas alterações não tiveram impacto na demonstração financeira da Companhia

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 17 - Contratos de Seguros	Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.	A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo assim, a administração da Companhia irá avaliar os impactos do IFRS nas demonstrações financeiras em sua futura adoção.
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e contas bancárias	1.435	1.774
Aplicações financeiras (a)	24.288	35.466
Total	25.723	37.240

(a) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. Compostas basicamente por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), remuneradas na média à taxa de 95,92% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Contas a receber de cliente e do poder concedente--Continuação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pedágio eletrônico	6.621	5.585
Cupons de pedágio	<u>153</u>	<u>138</u>
	6.774	5.723
Contraprestação pecuniária (a)	<u>1.467</u>	<u>3.113</u>
	1.467	3.113
Total Contas a Receber de cliente e do Poder Concedente	<u>8.241</u>	<u>8.836</u>
Circulante	8.241	8.836

(a) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão, os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária.

A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis. O prazo médio de vencimento do pedágio eletrônico e dos cupons de pedágio é de 30 dias, exceto contas a receber de contraprestação pecuniária - SEINFRA.

5. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

<u>Saldos patrimoniais</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante		
Controladora		
AB Concessões S.A. (a)	<u>274</u>	<u>504</u>
Total	<u>274</u>	<u>504</u>
<u>Transações</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custos e despesas		
Controladora		
AB Concessões S.A.	<u>1.084</u>	<u>976</u>
Total	<u>1.084</u>	<u>976</u>

(a) Refere-se à prestação de serviços contábil, financeiro, fiscal, de recursos humanos e jurídico mediante contrato específico que definiu os serviços a serem realizados, assim como o preço. O contrato foi assinado em 2012, com prazo indeterminado, prevendo o reembolso dos custos e das despesas decorrentes do compartilhamento das atividades e da estrutura física, não estando sujeito a encargos financeiros, e sem a prestação de garantias adicionais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

5. Partes relacionadas--Continuação

Conforme mencionado na Nota 7, em 14 de junho de 2017 a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples no montante total de R\$460.000, em 02 (duas) séries - 1ª Série e 2ª Série - sendo 260 e 200 debêntures não conversíveis em ações, respectivamente, com valor nominal unitário de R\$1.000, sendo essas últimas, 2ª Série no montante de R\$200.000, subscritas por sua parte relacionada Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda. ("Autostrade"), remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros serão pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14 de julho de 2022. Em 30 de dezembro de 2020, a controladora AB Concessões S/A adquiriu a integralidade das 200 (duzentas) Debêntures de emissão da Companhia; que correspondem a integralidade das debêntures da 2ª Série de montante original de R\$200.000 ("Debêntures Subordinadas").

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

O montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.797 (R\$1.785 em 31 de dezembro 2019), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários	1.107	1.105
Encargos	366	344
Outros benefícios	324	336
Total	<u>1.797</u>	<u>1.785</u>

6. Ativo contratual e intangível da concessão

A movimentação é como segue:

<u>Custo</u>	<u>Intangível em rodovias (a)</u>	<u>Direito de uso e outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	975.861	748	976.609
Adições	94.923	50	94.973
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.070.784	798	1.071.582
Adições	85.481	30	85.511
Baixas	(61)	-	(61)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.156.204</u>	<u>828</u>	<u>1.157.032</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

6. Ativo contratual e intangível da concessão--Continuação

Amortização acumulada	Intangível em rodovias (a)	Direito de uso e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(216.855)	(518)	(217.373)
Amortização	(60.651)	(91)	(60.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(277.506)	(609)	(278.115)
Amortização	(66.855)	(86)	(66.941)
	61	-	61
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(344.300)	(695)	(344.995)

	Intangível em rodovias (a)	Direito de uso e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	793.278	189	793.467
Saldos em 31 de dezembro de 2020	811.904	133	812.037
Taxa média de amortização (a.a.)	8,42%	20%	

Ativo intangível	738.634
Ativo contratual	73.403
Total ativo da concessão	812,037

(a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é calculada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão e registrada na rubrica "Custo dos serviços prestados".

Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

Do total do intangível em rodovias em 31 de dezembro de 2020, R\$73.403 representam intangíveis em rodovia em andamento (R\$80.213 em 31 de dezembro de 2019), os quais foram reclassificados para a rubrica de "Ativo contratual".

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

6. Ativo contratual e intangível da concessão--Continuação

Ativo contratual (infraestrutura em construção)--Continuação

A administração da Companhia revisa, em bases anuais, a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao seu valor de recuperação. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a administração não identificou a necessidade de se reconhecer uma provisão para perdas no valor de recuperação desses ativos.

7. Debêntures

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
4ª emissão					
1ª série	260	CDI a 100% + 4,60% a.a.	Junho/2022	260.791	260.850
2ª série	200	CDI a 100% + 6% a.a.	Julho/2022	297.395	273.068
				558.186	533.918
Custo de transação				(811)	(1.814)
Saldo líquido				557.375	532.104
Circulante				176.881	103.774
Não circulante				380.494	428.330

4ª emissão

Em 10 de junho de 2020, a Companhia aprovou as alterações das datas de amortização e da taxa dos juros remuneratórios, da primeira série, majorando-os de CDI mais 4% para CDI mais 4,60%, a partir de 14 de junho de 2020. Os pagamentos previstos para 14 de junho de 2020 e 14 de dezembro de 2020, foram acumulados, com o pagamento previsto para 14 de junho de 2021, mantendo-se a periodicidade das demais amortizações e a data de vencimento do principal.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples no montante total de R\$460.000, sendo 460 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em duas séries:

- 1ª série: 260 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real. São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 4,60% ao ano. Os juros são pagos semestralmente, em junho e dezembro e o vencimento do principal será em 14 de junho de 2022;
- 2ª série: 200 debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada e com garantia adicional fidejussória. São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros são pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14 de julho de 2022.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

7. Debêntures--Continuação

4ª emissão--Continuação

As debêntures da 4ª emissão da Companhia são garantidas por:

- (1) Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora.
- (2) Cessão Fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na Nota 1.
- (3) Fiança da controladora AB Concessões S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram apropriados juros de R\$43.732 (R\$57.103 em 31 de dezembro de 2019) e foram pagos juros no montante de R\$18.461 (R\$26.140 em 31 de dezembro de 2019).

Cláusulas restritivas

A escritura da 4ª emissão de debêntures da Companhia contém cláusulas restritivas que poderão implicar o vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. A Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas em 31 de dezembro de 2020. A escritura da 4ª emissão está arquivada e disponível para consulta na seção "Escrituras e aditamentos de debêntures" no endereço eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br).

8. Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores de serviços de construção	25.130	33.357
Fornecedores operacionais	1.146	2.158
Total	<u>26.276</u>	<u>35.515</u>

A Companhia possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão, e também aqueles relacionados à operação, manutenção e administração da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo, na provisão para investimentos, considerados os valores até o final da concessão e, na provisão para manutenção, considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito nas Notas 1 e 2, sendo ajustada a valor presente à taxa de 5,83% ao ano. A intervenção atual é considerada o segundo ciclo de intervenção e será finalizada em 2022, e a próxima intervenção ocorrerá a partir de 2023.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	77.379	59.676	137.055
Adições/atualização	17.736	15.203	32.939
Ajuste a valor presente	1.708	6.290	7.998
Utilizações	(44.174)	(4.539)	(48.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	52.649	76.630	129.279
Adições/atualização	38.299	(13.754)	24.545
Ajuste a valor presente	175	6.681	6.856
Utilizações	(24.409)	(4.140)	(28.549)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	66.714	65.417	132.131
Circulante	26.034	37.581	63.615
Não circulante	26.615	39.049	65.664
Total em 31 de dezembro de 2019	52.649	76.630	129.279
Circulante	33.002	1.139	34.141
Não circulante	33.712	64.278	97.990
Total em 31 de dezembro de 2020	66.714	65.417	132.131

10. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam advir de referidos casos e estima que a decisão final dessas ações não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

10. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros--Continuação

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$8.609

A movimentação do saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	31/12/2019	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	31/12/2020
Cíveis (a)	34.802	13.285	(24.562)	(749)	5.355	28.131
Trabalhistas (b)	19.026	6.375	(1.340)	(10.751)	6.856	20.166
Outras contingências (c)	1.242	2.006	(798)	-	-	2.450
Tributária	3	-	-	-	-	3
Total	55.073	21.666	(26.700)	(11.500)	12.211	50.750

	31/12/2018	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	31/12/2019
Cíveis (a)	35.172	7.049	(13.065)	(549)	6.195	34.802
Trabalhistas (b)	16.604	5.644	(677)	(2.752)	207	19.026
Outras contingências (c)	5.617	1.242	(5.617)	-	-	1.242
Tributária	-	3	-	-	-	3
Total	57.393	13.938	(19.359)	(3.301)	6.402	55.073

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, a desapropriações ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais.

(b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. Por recomendação dos seus advogados, a Companhia adotou o IPCA-E como índice de atualização das provisões de natureza trabalhistas, conforme aplicável.

(c) Corresponde substancialmente a processos administrativos do Poder Público, inclusive ambientais.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis (casos judiciais não tributários ou trabalhistas) decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$54.877 (R\$69.336 em 31 de dezembro de 2019), trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$2.782 (R\$5.720 em 31 de dezembro de 2019). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia revisou seus processos classificados como prováveis, revertendo-os em função do êxito em matéria de defesa.

O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$3.185 e R\$21.307, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.790 e R\$25.384, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019), classificados no ativo não circulante, referem-se a garantias judiciais.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

10. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros--Continuação

O valor de garantia judicial corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$48.681, e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e não figurou na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

<u>Crédito de imposto</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Diferença temporária		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	50.750	55.073
Obrigações fiscais	1.957	1.854
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	133.232	199.569
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	49.183	53.460
Arrendamento mercantil	51	23
Provisão de manutenção e investimento	160.455	132.861
Base de cálculo	<u>395.628</u>	<u>442.840</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do crédito	<u>134.514</u>	<u>150.566</u>
<u>Débito de imposto</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Diferença temporária:		
Diferenças de taxa de amortização (ii)	81.195	88.255
Outros ativos	8.609	14.762
Encargos financeiros a apropriar	810	1.815
Juros de debêntures capitalizados	3.621	3.938
Base de cálculo	<u>94.235</u>	<u>108.770</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do débito	<u>32.040</u>	<u>36.982</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	<u>102.474</u>	<u>113.584</u>

(i) O montante líquido de R\$49.183 em 31 de dezembro de 2020 (R\$53.460 em dezembro 2019) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.

(ii) Correspondem à diferença temporária entre a depreciação fiscal dos bens, suportada por laudo preparado por avaliadores externos, e a amortização contábil do intangível. Esse laudo foi preparado com base na vida útil remanescente dos itens, cuja estimativa é comparável com as taxas de vida útil publicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	<u>31/12/2020</u>
Ano 2021	23.705
Ano 2022	6.719
Ano 2023	6.243
Ano 2024 em diante	<u>97.847</u>
Total	<u>134.514</u>

b) Reconciliação dos tributos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos são reconciliados com a alíquota nominal de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(70.959)	(41.904)
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social	24.126	14.247
Baixa por redução ao valor recuperável do imposto diferido ativo	(35.157)	-
Outras diferenças permanentes	(79)	(246)
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.110)	14.001
Alíquota efetiva de impostos	<u>15,66%</u>	<u>33,41%</u>

12. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2020 é de R\$518.879, representado por 575.557.061 ações ordinárias (R\$468.879 em 31 de dezembro de 2019 representado por 468.878.026 ações ordinárias), sem valor nominal, de propriedade da AB Concessões S.A.

Em 22 de dezembro 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$20.000, com a emissão de 45.454.545 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data, e integralizadas através do aporte em dinheiro por sua acionista, em parcelas, ocorrendo a integralização completa em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

Em 13 de julho de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$30.000, com a emissão de 61.224.490 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas nessa data, através do aporte em dinheiro por sua acionista.

Em 28 de junho de 2019, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$22.000, com a emissão de 22.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas nessa data, em espécie.

Reservas de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$7.401 como contrapartida dos saldos incorporados.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Companhias por Ações. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Companhias por Ações.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029, motivo pelo qual os valores devidos estão classificados no passivo não circulante.

13. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de serviços prestados	136.537	137.956
Outras receitas - contraprestação pecuniária	16.034	12.360
Receita de serviços de construção	95.561	76.528
Receita bruta	248.132	226.844
Impostos sobre as vendas		
Imposto Sobre Serviços - ISS	(6.608)	(6.677)
PIS	(465)	(1.101)
COFINS	(2.154)	(5.078)
Receita líquida	238.905	213.988

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas com serviços de conserva, manutenção e operação de rodovia (**)	(38.299)	(17.736)
Despesas de amortização (***)	(67.531)	(61.219)
Despesas com prestadores de serviços	(19.064)	(20.207)
Despesas com empregados	(16.243)	(15.965)
Despesas com materiais e equipamentos	(1.975)	(2.056)
Custos com construção	(95.561)	(76.528)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (*)	(7.177)	(981)
Reembolso com seguro	(6.153)	3.236
Despesas com seguro	(650)	(620)
Outras despesas	(1.399)	(2.509)
Outras receitas	54	290
Total	<u>(253.998)</u>	<u>(194.295)</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(230.980)	(189.567)
Despesas gerais e administrativas	(23.072)	(5.018)
Outras receitas operacionais, líquidas	54	290
Total	<u>(253.998)</u>	<u>(194.295)</u>

(*) Vide Nota Explicativa nº 10.

(**) Refere-se à provisão para manutenção que em adição ao ajuste a valor presente cotejará com a movimentação da provisão para manutenção na Nota Explicativa nº 9.

(***) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16, esta última no valor de R\$590.

15. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Receita com rendimento de aplicações financeiras e outras (*)	566	4.226
Outras receitas financeiras	169	62
	<u>735</u>	<u>4.288</u>
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente da provisão para manutenção e investimentos	(6.856)	(7.998)
Juros e variações monetárias sobre debêntures (**)	(43.732)	(57.103)
Juros sobre empréstimos	(15)	-
Comissões bancárias e outras	(5.265)	(320)
Outras despesas financeiras	(733)	(464)
	<u>(56.601)</u>	<u>(65.885)</u>
Resultado financeiro	<u>(55.866)</u>	<u>(61.597)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

15. Receitas e despesas financeiras--Continuação

- (*) Receitas com rendimentos de aplicações financeiras, e atualização monetária da contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme mencionado na Nota 4.
- (**) Juros e variação monetária das debêntures passivas da 4ª emissão que correspondem a 100% da variação do CDI mais juros de entre 4% e 6% ao ano, conforme mencionado na Nota 7.

16. Prejuízo por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado básico e do resultado diluído por ação.

Básico e diluído	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(82.069)	(27.903)
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício	575.557	468.879
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R\$)	(0,15)	(0,06)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no resultado por ação, e, portanto, o resultado por ação básico e diluído são idênticos.

17. Demonstrações dos fluxos de caixa

Informações suplementares

	31/12/2020	31/12/2019
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa		
Fornecedores de intangível	6.674	(5.763)
Utilização de provisão para investimento na aquisição de intangível	(4.140)	(4.539)
Provisão para investimento na aquisição de intangível	(13.754)	15.203

18. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de capital

A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social, as reservas de lucros e o dividendo adicional proposto.

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade e a continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir custo e maximizar os recursos aplicados em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Endividamento

O índice de endividamento é o seguinte:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dívida financeira total	558.186	533.918
Caixa e equivalentes de caixa	(25.723)	(37.240)
Dívida líquida	532.463	496.678
Patrimônio líquido	239.584	236.496
Índice de endividamento líquido	2,22	2,10

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 2,22 em 31 de dezembro de 2020 (2,10 em 31 de dezembro de 2019), como resultado da 4ª emissão de debêntures públicas (Nota 7), cujos recursos foram destinados para o resgate total das debêntures da 3ª emissão, emitidas em 16 de abril de 2015.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que:

- (1) O caixa e equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI.
- (2) As contas a receber de clientes, exceto contraprestação pecuniária, e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado--Continuação

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e financiamentos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	557.375	593.290	532.104	591.038

(*) Valores líquidos dos custos de transação.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);
- Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado--Continuação

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos	Designados ao valor justo por meio do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	25.723	37.240
	Empréstimos e recebíveis	
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	8.241	8.836
Despesas antecipadas e outros ativos	965	904
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	
Fornecedores e partes relacionadas	26.550	36.019
Debêntures	557.375	532.104
Outras contas a pagar	1.478	758

Riscos de mercado

a) *Exposição a riscos cambiais*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a administração efetuou análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2020;
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020;

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Riscos de mercado--Continuação

b) *Exposição a riscos de taxas de juros--Continuação*

- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)	-	2,85%	3,56%	4,28%
Empréstimos indexador				
Debêntures 1ª série - CDI (ii)	(260.791)	(19.771)	(21.714)	(23.658)
Debêntures 2ª série - CDI (ii)	(297.395)	(26.828)	(29.074)	(31.320)
	(558.186)	(46.599)	(50.788)	(54.978)
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários				
Indexador				
CDB e operações compromissadas - CDI (iii)	24.288	664	829	995
Exposição líquida - perda	(533.898)	(45.935)	(49.959)	(53.983)
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base	-	-	(4.024)	(8.048)

(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa projetado para 2020.

(ii) Ver Nota 7.

(iii) Ver Nota 3.

c) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Riscos de mercado--Continuação

c) *Risco de crédito--Continuação*

A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. conforme descrito na Nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a Companhia possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 4. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As debêntures, conforme mencionado na Nota 7, são um empréstimo-ponte e foram emitidas tendo em vista a liquidação da 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures. A Companhia realizou, ainda, a 4ª emissão de debêntures, com vencimento em julho de 2022, tendo em vista o aumento do empréstimo-ponte para fazer frente aos investimentos, bem como o pagamento das debêntures da 3ª emissão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Riscos de mercado--Continuação

d) *Risco de liquidez*--Continuação

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI no encerramento do exercício:

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (i)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes:								
Contas a receber de clientes e poder concedente	8.241	-	8.241	-	8.241	-	-	-
Total	8.241	-	8.241	-	8.241	-	-	-
Passivos:								
Debêntures - principal (ii)	460.000	-	-	208.000	208.000	252.000	-	252.000
Debêntures - juros	98.186	90.980	-	11.621	11.621	177.545	-	177.545
Fornecedores e partes relacionadas	26.550	-	4.837	21.713	26.550	-	-	-
Outras contas a pagar	1.478	-	-	1.478	1.478	-	-	-
Total	586.214	90.980	4.837	242.812	247.649	429.545	-	429.545

(i) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2020 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovia MG050 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

19. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

20. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente.

Em 31 de dezembro de 2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - em milhares de reais	Vencimento do contrato
Seguro riscos - responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	54.300	Setembro/2021
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	34.000	Setembro/2021
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	19.650	Setembro/2021
Seguro garantia	Garantia de conservação da concessão	40.588	Setembro/2021
Seguro garantia	Garantia de ampliação de concessão	106.965	Setembro/2021

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e Administradores da

Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao seu valor recuperável do ativo intangível

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias decorrentes do contrato de concessão e representa 82% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Companhia, foi significativa para a nossa auditoria, uma vez que o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de profissionais experientes para a avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Companhia, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas e pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. Adicionalmente, comparamos os crescimentos projetados com dados histórico e fontes externas comparáveis. Também avaliamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada nas projeções.

Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia incluídas na nota explicativa nº6, incluindo as premissas para as quais o resultado do teste de recuperação de ativos é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo sobre o valor recuperável do ativo intangível.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acerca do teste de valor recuperável dos intangíveis, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do intangível adotados pela Administração, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 19 de março de 2021.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luís Alexandre Marini

Contador CRC-1SP182975/O-5

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2020 da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e todos os demais aspectos relevantes correspondentes aos períodos apresentados.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou o relatório com a opinião dos Auditores

Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2020 da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tal opinião e parecer sobre as Demonstrações financeiras refletem adequadamente todos os aspectos relevantes da Companhia.